

05 DEZ 1990

ACERTO EXTERNO

Negociação com credores não avança, mas cresce a expectativa com bônus

por Getulio Bittencourt

Não há progresso à vista nas negociações entre o governo brasileiro e o comitê assessor de bancos. "A questão da vinculação entre os juros atrasados e o total da dívida externa não é negociável para o governo do Brasil", disse ontem a este jornal um banqueiro ligado ao comitê assessor, "e eu estou imaginando se é possível haver uma negociação sobre algo inegociável".

O negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster, que deveria voltar a Nova York, hoje para retomar os contratos, considerou mais adequado adiar a viagem para o próximo final de semana, baseado em considerações práticas. Se voltasse hoje, teria apenas dois dias úteis para conversas; se estiver aqui na próxima segunda-feira, terá cinco dias úteis.

Os banqueiros consideram que há um fator conciliador na proposta que fizeram ao Brasil sobre os juros atrasados. Nela, o País pagaria um terço dos juros acumulados nos dezenove meses até o próximo dia 31 de dezembro, e mais 50% dos juros a vencer entre janeiro e março do próximo ano. O restante, dois terços dos juros atrasados e 50% desse total a vencer, seria transformado num novo bônus.

CONCILIAÇÃO

O item conciliador, do ângulo dos bancos, é que o novo bônus seria lançado no próximo dia 31 de março se até aquela data o Brasil e o comitê concordarem sobre os princípios gerais do novo acordo sobre a dívida total de médio prazo. "Isso significa que os bônus serão lançados apenas quando se chegar ao acordo sobre o principal", explicou o banqueiro do comitê assessor a este jornal. "Nós achamos que com isso estaria atendida também a posição brasileira".

Mas o problema do lado brasileiro, segundo o embaixador Dauster, continua sendo o volume total de desembolsos. O bônus proposto pelo comitê assessor para o restante dos juros

atrasados tem cinco anos de prazo e seis meses de carência, o que significa que haveria um pagamento suplementar, de cerca de US\$ 1,7 bilhão, ainda em 1991. A esse total se acrescentariam 50% dos juros atrasados de janeiro a março de 1991, mais os outros compromissos externos do País.

Ao mesmo tempo, alguns bancos estariam endurecendo antes de assinar o acordo final da Venezuela sob o Plano Brady, em cerimônia prevista para hoje em Nova York. Motivo: atrasos de US\$ 3,1 bilhões nos pagamentos de devedores privados venezuelanos aos bancos internacionais. Pelo menos um analista atribui a reação, de cerca de 20% dos credores venezuelanos, a um sinal adicional para o governo brasileiro sobre o modo como a banca credora está tratando atrasos de pagamentos.

VENEZUELA

O ministro da Fazenda da Venezuela, Roberto Pocaterra, e o presidente do Banco Central, Pedro Tinoco, viajaram ontem para assinar o acordo com cerca de 400 bancos comerciais sobre a dívida de US\$ 21,6 bilhões com esses credores, que corresponde a dois terços de sua dívida total de US\$ 30 bilhões com a comunidade financeira internacional.

A maior parte dos juros atrasados por empresas privadas do País vem da Electricidade de Caracas, que parou de pagar seus compromissos externos em março de 1989. O ministro Pocaterra prometeu em várias ocasiões que se esforçaria para resolver a situação antes da assinatura do acordo pelo Plano Brady, a última delas na semana passada.

Mas cerca de 98,5% dos bancos credores haviam concordado com os planos gerais do acordo presidido pelo Chase Manhattan Bank, que comanda o comitê assessor para o País. "Tanto quanto eu saiba, o acordo será mesmo assinado nesta semana", disse ontem a este jornal o porta-voz do Chase, Ken Mills.